

Historico do Serviço de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saude Publica

(Continuação)

ENFERMAGEM DE SAUDE PUBLICA

Edith Fraenkel

Durante o processo de evolução, crescimento e desenvolvimento da Escola de Enfermeiras, as atividades em saúde pública iam-se desenvolvendo também, do melhor modo possível, dadas a falta de preparo adequado e a insuficiencia do numero de visitadoras. Afin de ser garantida uma base sólida á futura edificação deste serviço, ele teve de proseguir vagarosamente.

As visitadoras de higiene das diversas Inspetorias, foram transferidas para o Serviço de Enfermeiras em 1923 — A cidade foi dividida em Zonas, dirigida cada zona por uma enfermeira-chefe americana. As zonas subdividiram-se em distritos, com uma visitadora em cada um, a qual era incumbida de visitar os tuberculosos e as crianças até 2 anos. O serviço de doenças venereas se fazia com um grupo de visitadoras completamente separado.

Afin de melhorar o trabalho das visitadoras, necessário se tornava aprimorar-lhes os conhecimentos, mas os Inspetores clamavam ser-lhes impossivel paralisar os serviços em plena actividade, durante o tempo necessário para que aquelas auxiliares cursassem a Escola de Enfermeiras. Foi assim que, atendendo ás necessidades de momento surgiu o "curso de emergencia", de seis meses, sendo as aulas dadas na sé-

sejam copiar sob a alegação de que quem escreve lê duas vezes.

Como já vimos em relação a imaginação, tudo depende da capacidade de fixação.

A memoria não é apenas uma condição da vida mental, mas um conjunto de capacidades muito diferentes e que a psicologia tem estudado com um nome só. São capacidades de tanto valor que têm sido consideradas como a própria inteligência.

Os calculadores prodigios, os contadores de historia, passam por individuos muito intelligentes. Os decoradores são considerados possesas de elevada mentalidade e o são, na maioria, debeis mentes incapazes de resolver um problema, incapazes de ganhar a vida, incapazes de adaptação.

Dr. Plinio Olinto

de do Serviço de Enfermeiras, findo o qual receberam certificados 29 das 44 visitadoras matriculadas.

Esses certificados foram distribuidos em caracter precario com a condição de, a medida que a Escola de Enfermeiras fornecesse enfermeiras diplomadas, estas substituissem as visitadoras, ás quaes seria porém facultada a matricula na Escola para completar o curso de 2 anos e 8 meses.

Com intuito de diminuir o tempo gasto em transporte, e para maior conveniencia do serviço, foram abertas em fins de 1923, duas filiais do Serviço de Enfermeiras, em pontos distantes do centro, uma em Botafogo e a outra no Meyer.

Devido à insistencia dos Chefes das diversas Inspetorias, desejosos de ampliar os seus serviços com a maxima urgencia, foi resolvido em fins de 1923 repetir o curso de emergencia, já então de 10 meses, havendo 19 visitadoras recebido certificado.

Nesse mesmo ano, tendo a Inspetoria de Higiene Infantil aberto cinco clinicas para lactentes, por um acôrdo previo, passaram as visitadoras a trabalhar nessas clinicas durante as horas de consulta, assistindo aos medicos nos exames e pesando as crianças.

Em 1924 foi repetido, pola ultima vez, o curso de emergencia de 10 meses para visitadoras, inscrevendo-se 60 candidatas, das quaes 30 receberam certificados.

Foram portanto 59 as visitadoras que, tendo passado pelos 3 cursos de emergencia, receberam certificados, e os resultados dessa experientia, foram salutares á boa comprehensão do Serviço tecnico que se preparava. Os Chefes das Inspetorias acharam desnecessaria a continuaçao dos cursos de emergencia, pois o arranjo provisório do serviço era suficientemente satisfatório para justificar o não quererem aumentar o numero de visitadoras de preparo insuficiente e superficial, preferindo esperar pelas enfermeiras diplomadas, especialmente preparadas para o serviço de saúde publica. A respeito de visitadoras disse o Dr. M. A. Burgess — leader da educação de enfermagem sanitaria: "Depois de varios estudos chegou á conclusão de que a mu-

lher sem preparo, sem instrução, confunde e atrapalha o serviço nesta profissão. Não adquire carácter profissional, fala em união de classe, pondo por terra ideias. Faltam-lhe os dois requisitos que distinguem a profissão de um comércio: conhecimentos científicos e idealismo".

E a enfermeira de saúde pública uma concepção norte-americana, considerada figura central na luta sanitária mundial pela sua grande aptidão de ensinar por demonstração.

A mortalidade infantil e a tuberculose são os nossos maiores problemas sanitários e estes só poderão ser resolvidos pelos ensinamentos da higiene individual, que visa a mudança de hábitos diários no indivíduo. Estas mudanças de hábito do povo só poderão ser obtidas por um meio — a educação. A enfermeira de saúde pública, em contacto directo com as condições particulares de vida, ponto essencial para o sucesso de uma questão tão nitidamente pessoal como é a higiene, foi considerada a mensageira da saúde. Ela é o verdadeiro instrutor sanitário, trata e dá conforto ao doente com as suas próprias mãos, pela experiência que adquiriu no hospital. Ao mesmo tempo, tendo ganho a confiança da família, é ouvida com a maior atenção, podendo assim com a palavra e o exemplo, incutir nos lares os preceitos indispensáveis de higiene e de prevenção contra doenças infecção-contagiosas.

Dizia o Dr. Haven Emerson, professor de administração sanitária da Universidade de Colômbia, perante uma assembleia em que se discutia a organização da enfermagem sanitária: "Os serviços de saúde pública não podem ser calculados pela proporção de mortes; seria este processo o mesmo que medir a resistência de uma planta pelos resíduos da sua combustão."

"O valor da enfermeira de saúde pública se calcula pelo número de crianças saudáveis, em consequência dos ensinamentos dados em domicílio; pela afluência de crianças à clínicas infantis; pelo número de crianças mantidas sob vigilância e pelo número de pessoas em contacto com tuberculosos, que foram levados a exame clínico".

Em 1925 foi reduzido o orçamento da Divisão de Enfermeiras de Saúde Pública, sendo diminuído o número de visitadoras de 45 para 35. Destas 35, seis (6) entraram para a Escola afim de terminar o curso.

As enfermeiras diplomadas pela Escola iam sendo colocadas nos serviços de saúde pública à medida que terminavam o curso; quatro foram enviadas aos Estados Unidos para um curso de aperfeiçoamento.

Em Janeiro de 1926 achavam-se ainda em função as últimas 26 visitadoras que foram substituídas por enfermeiras diplomadas, conforme a combinação feita no inicio do serviço. Encontraram então as visitadoras ocupação nos diversos consultórios de tuberculose, de higiene infantil e de doenças venéreas; dezenove completaram o curso da Escola e as restantes foram dispensadas no fim do ano.

Desde 1927 o serviço de saúde pública começou a ser feito exclusivamente por enfermeiras diplomadas. Foram abertos gabinetes de educação nos dispensários da Inspeção de Profilaxia de Tuberculose, nos quais, uma enfermeira de saúde pública em palestras individuais, incute nos doentes novas, noções de profilaxia e de higiene aproveitando a ocasião para fazer entrega da escarradeira. Este primeiro contacto com a enfermeira facilita imenso a visita em domicílio, os doentes travando conhecimento com a enfermeira, perdem o medo diminuindo o número de residências trocadas.

Em Maio de 1928 apareceu o surto de febre amarela e por ordem do Diretor Geral, foram enviadas algumas enfermeiras da saúde pública para auxiliar o trabalho no Hospital S. Sebastião; todas as outras dedicaram-se à vigilância dos distritos mais contaminados. Com a rápida baixa de casos, voltaram as enfermeiras de saúde pública em Setembro do mesmo ano, aos seus postos.

Em Agosto de 1930 irrompeu o sarampo no Instituto Sete de Setembro e sendo grande o número de doentes necessitando remoção para o hospital S. Sebastião, pediu o Diretor do Instituto que fossem enviadas enfermeiras para fazer o isolamento no próprio Instituto.

Foram destacadas para ali 3 enfermeiras de saúde pública e em 12 de Setembro não existia mais caso algum de doença contagiosa.

Em princípio de Dezembro do mesmo ano apareceu também um surto de febre tifóide, no Centro de Saúde de Inhaúma. A pedido do chefe do Centro, e de acordo com o Diretor Geral, foram enviadas 1 enfermeira-chefe e quatro enfermeiras de saúde pública para auxiliar a vigilância, a distribuição de vacinas e a pesquisa de casos novos, tendo elas trabalhado nesse Centro até 17 de Março de 1931.

Não havia sido possível, até então, alargar o campo de ação em saúde pública, por falta absoluta de enfermeiras.

ASSOCIAÇÃO DE ENFERMEIRAS DIPLOMADAS

Em fins de 1928 foi reorganizada esta Associação, que passou a chamar-se "Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras" sendo nessa ocasião registrada juridicamente.

Como estímulo ao seu desenvolvimento, foi pedida filiação ao Conselho International de Enfermagem e uma vez estudados e analizados os requisitos de entrada, duração e matérias do curso, assim como também os altos padrões da Escola Anna Nery foi a Associação aceita pelo mesmo, o que patenteou ao mundo inteiro, estarem as enfermeiras brasileiras no mesmo nível de aprimoramento que as de outros países líderes em enfermagem. Da América do Sul, foi a única a ser aceita até agora.

A presidente foi enviada oficialmente como representante da Associação ao Congresso realizado pelo Conselho International de Enfermeiras em Montreal, em Junho de 1929, tendo tomado parte activa nos trabalhos. Compareceram a esse Congresso 7.000 enfermeiras, havendo-se feito representar 29 países.

MISSÃO DE ENFERMEIRAS AMERICANAS

Trabalhou aqui esta missão de 2 de Setembro de 1921 a 3 de Setembro de 1931, exatamente dez anos, sempre chefiada por Mrs. Ethel Parsons, tendo nela tomado parte trinta e uma (31) enfermeiras das quais vinte (20) licionaram e chefiaram os serviços na Escola Anna Nery e onze (11) trabalharam na Divisão de enfermeiras de saúde pública. (Vide lista no fim).

Não estiveram elas todas aquí ao mesmo tempo. Algumas se demoraram mais, outras menos, conforme se agradavam ou não do trabalho, do clima e da vida no Brasil. Todas, porém, lutaram pela implantação da nova profissão.

Pelo contrato firmado entre a Comissão Rockefeller e o Governo Brasileiro, as enfermeiras americanas seriam substituídas por brasileiras, à medida que estas estivessem convenientemente habilitadas a exercer os cargos de responsabilidade. Como ainda estivesse a Escola Anna Nery muito em inicio para poder preparar enfermeiras-chefes, a Comissão Rockefeller demonstrando mais uma vez o seu altruismo, ofereceu alguns cursos de aperfeiçoamento nos Estados Unidos às alunas que mais se distinguissem na Escola, mostrando também maior capacidade de trabalho. Foram quinze (15) as enfermeiras brasileiras contempladas, e à medida que voltavam substituiam as chefes americanas.

Será eterna a gratidão das enfermeiras brasileiras à Comissão Rockefeller e à Missão de Enfermeiras Americanas, por este legado de trabalho bem organizado e bem orientado, em que ficou implantado o regimen de disciplina e do cumprimento do dever.

Mrs. Ethel Parsons, possuidora de um admirável espírito de organizadora, foi sempre um exemplo de perseverança e de tenacidade. Lutou muito, defrontou injustiças porque poucos haviam compreendido, de inicio, o seu programa de ação. Impassível ante todas as objeções, continuava ela a executar o plano prévio e habilmente traçado, sem desvio de uma linha.

Seu trabalho aqui, deve encher-a de satisfação íntima, pois não há país algum onde um serviço e uma escola de enfermagem se tenham desenvolvido tão rapidamente e sob bases tão sólidas, como se deu no Brasil.

Nas vésperas de sua partida foi-lhe oferecido pelas enfermeiras brasileiras, um jantar de despedida no Internato. Após os brindes, recebeu Mrs. Parsons uma joia antiga, lembrança de todas as enfermeiras que trabalharam sob a sua direção.

Dispendera a Comissão Rockefeller, com o nosso Serviço de Enfermeiras, \$374,332.53 incluindo a construção do Pavilhão de casas, e os cursos de aperfeiçoamento.

O Decreto 20.109, de 15 de Junho de 1931

O facto de maior alcance futuro, em 1931, foi a assinatura pelo Chefe do Governo Provisorio de um decreto oficializando a Escola de Enfermeiras Anna Nery (como passou a chamar-se em lugar de D. Anna Nery) e tornando-a escola padrão; definindo as condições indispensáveis a escolas de enfermagem para poderem expedir diplomas que sejam reconhecidos pelo Governo; providenciando sobre a fiscalização de tais escolas; restringindo desse modo o uso do título de "enfermeira diplomada".

Há muito se reconhecia a necessidade desta medida para a nova profissão e logo após a formatura da primeira classe, em 1925, foram enviados esforços procurando obter leis federais regularizando o registro dos diplomas das enfermeiras. Essas tentativas foram repetidas inúmeras vezes, sendo finalmente o presente decreto aprovado pelo Ministro de Educação e Saúde Pública, e assinado pelo Chefe do Governo Provisorio em 15 de Junho de 1931.

Parce ter sido sentido claramente o criterio e a justiça do Decreto, cuja cópia abaixo transcrevo, que não suscitou nenhuma reclamação.

Decreto n. 20.109, de 15 de Junho de 1931

Regula o exercício da enfermagem no Brasil e fixa as condições para a equiparação das escolas de enfermagem

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando que a enfermagem é uma das mais nobres profissões ás quais possa aspirar a atividade humana;

Considerando que os seus benefícios resultam não só dos cuidados ministrados aos doentes em domicilio ou nos hospitais, mas também da ação preventiva conjuntamente exercida pela enfermeira de Saúde Pública;

Considerando que, para o exercício dessa profissão, se vai exigindo nos povos mais adiantados um preparo técnico cada vez mais desenvolvido, outorgando-se mesmo ás escolas que ministram esse preparo as regalias de escolas superiores;

Considerando que, devido a conveniências da organização sanitária, não convém transferir agora para a Universidade do Rio de Janeiro a Escola de Enfermeiras Ana Nery, anexa ao Departamento Nacional de Saúde Pública, apesar da mesma satisfazer aos bons padrões técnicos encontrados em universidades de outros países;

Considerando que, relativamente ao exercício da enfermagem, o atual Regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública impõe, no seu art. 232 e parágrafo único, condições de oficialização ou equiparação ás escolas que desejarem ter os seus diplomas reconhecidos;

Considerando que urge, pois, fixar o padrão oficial do ensino de enfermagem, assim de facilitar as escolas que se fundarem as possibilidades de equiparação:

Decreta:

Art. 1.º — Só poderão usar o título de **enfermeiro diplomado** ou **enfermeira diplomada** ou as iniciais correspondentes á estas palavras;

a) — os profissionais diplomados por escolas de enfermagem oficiais ou equiparadas na forma da presente lei;

b) — os profissionais que, sendo diplomados por escolas estrangeiras reconhecidas pelas leis do seu país, se habilitarem perante a banca examinadora competente ou forem contratados pela administração federal ou estadual.

Parágrafo único — Os referidos profissionais só poderão usar o título de **enfer-**

meiro diplomado ou **enfermeira diplomada**, ou as iniciais correspondentes, após o registro do diploma no Departamento Nacional de Saúde Pública.

Art. 2.º — A Escola de Enfermeiras Ana Nery, do Departamento Nacional de Saúde Pública, será considerada a escola oficial padrão.

Art. 3.º — A banca examinadora a que se refere o artigo 1.º deverá constar: da Diretoria da Escola de Enfermeiras Ana Nery, de duas enfermeiras diplomadas indicadas pela diretoria da Associação de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras, de dois professores da Escola Ana Nery, dos quais um medico e outra enfermeira, ambos indicados pela Superintendencia Geral do Serviço de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública.

§ 1.º — O presidente da banca será eleito pela mesma.

§ 2.º — As instruções relativas ao processo de exame serão organizadas pela diretoria da Escola Ana Nery, submetidas ao visto do diretor geral do Departamento e à aprovação do Ministro da Educação e Saúde Pública, e publicadas no "Diário Oficial", dentro do prazo de três meses a contar da data do presente decreto.

Art. 4.º — As escolas de enfermagem oficiais ou particulares que desejarem a equiparação deverão solicitar ao Ministério da Educação e Saúde Pública, descrevendo em detalhe a organização dos cursos, as instalações materiais e composição e títulos do professorado, e enviando exemplares dos seus estatutos, regulamentos e regimentos internos.

§ 1.º — Por indicação da diretoria da Escola de Enfermeiras Ana Nery, será designada, pelo Ministro da Educação e Saúde Pública para a inspeção da escola que desejar a equiparação, uma enfermeira diplomada com prática de ensino e administração de escolas de enfermeiras, á qual serão entregues os documentos juntos ao requerimento de equiparação.

§ 2.º — A inspeção da escola só está levada a efeito após ter a mesma completado dois anos de funcionamento.

Art. 5.º — O relatório da inspetoria será submetido à aprovação de um conselho constituído da mesma forma que a banca examinadora referida no art. 3.º.

§ 1.º — O conselho poderá proceder a sindicâncias no intuito de completar as informações trazidas no relatório, e por sua vez submeterá o seu parecer ao diretor geral do Departamento Nacional de Saúde Pública.

§ 2.º — Após aprovação do parecer favorável pelo Ministro da Educação e

Saúde Pública, será lavrado o decreto de equiparação.

Art. 6.^º — Por sugestão do Departamento Nacional de Saúde Pública, o Ministro da Educação e Saúde Pública poderá mandar renovar, quando julgar necessário, a inspeção da escola equiparada, pelo mesmo processo dos artigos anteriores.

Parágrafo único — Conforme os resultados da inspeção referida, submetidos às autoridades superiores, a equiparação poderá ser cassada, e, neste caso, não poderá ser renovado o pedido de inspeção antes de decorridos cinco anos.

Art. 7.^º — São requisitos básicos para a equiparação:

a) — Disporem as escolas candidatas á mesma de uma organização moldada na da escola oficial padrão, especialmente no que diz respeito: á **direção** que será sempre confiada a uma enfermeira diplomada, com curso de aperfeiçoamento e experiência de ensino e administração em institutos similares; ás **condições** para admissão de alunos; á **duração** do curso; á **organização** do programa desse curso.

b) — Disporem de hospital em que possa ser dada instrução prática de enfermagem, e inclua serviços de cirurgia, medicina geral, obstetricia, doenças contagiosas e de crianças, com o mínimo de 100 leitos, adequadamente distribuídos pelos serviços mencionados, sendo a teoria e prática de enfermagem sempre dirigidas por enfermeiras diplomadas e por um prazo de tempo igual ao da escola padrão.

Parágrafo único — Será facultado ás escolas, no caso do hospital não possuir todos os serviços acima enumerados, enviar as suas alunas a outros hospitais que estejam nas mesmas condições relativas ao ensino da teoria e prática de enfermagem.

Art. 8.^º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de junho de 1931,
110º da Independência e 43º da República.

Getúlio Vargas.
Francisco Campos.

Instruções relativas ao processo de exame para revalidação de diploma de enfermeiro ou enfermeira de que cogita o artigo 3.^º, § 2.^º do decreto n. 20.109, de 15 de junho de 1931.

Art. 1.^º — Os profissionais diploma-

dos por escolas estrangeiras, reconhecidas pelas leis de seu país, que desejarem se habilitar ao uso do respectivo título, deverão requerer a rivalidação dos diplomas á diretoria da Escola Ana Nery, juntando ao pedido os seguintes documentos:

I — Provas de sanidade, identidade e idoneidade moral, que poderão consistir de um atestado médico, carteira de identificação internacional ou passaporte e atestado de duas pessoas de reconhecida probidade, revestidos das formalidades legais.

II — Diploma autenticado no Consulado Brasileiro, do lugar em que funcionar a sede do estabelecimento do ensino que haja expedido o diploma.

Art. 2.^º — A habilitação constará de provas escritas das seguintes disciplinas:

1. Anatomia e fisiologia.
2. Microbiologia.
3. Higiene individual.
4. Materia médica.
5. Ética e história de enfermagem.
6. Patologia externa.
7. Patologia interna.
8. Obstetricia e ginecologia.
9. Doenças infecto-contagiosas.
10. Pediatria.
11. Primeiros socorros.
12. Enfermagem.

Parágrafo único — Além dessas provas, o habilitando fará uma demonstração prática de enfermagem.

Art. 3.^º — Sobre cada matéria a banca organizará cinco perguntas, no mínimo, e 10, no máximo.

Art. 4.^º — As notas de exame serão de 0 a 10 pontos.

Art. 5.^º — Considerar-se-á aprovado o habilitando que obtiver média superior a 5 em cada disciplina.

Art. 6.^º — O habilitando que não obter média suficiente em qualquer uma das disciplinas, poderá, na época seguinte, requerer nova prova; não conseguindo, então, média, lhe será defeso o pedido de novas provas.

Art. 7.^º — As provas terão lugar durante o mês de dezembro de cada ano, devendo os candidatos apresentar os pedidos instruídos com os documentos de que trata o art. 1.^º, na secretaria da Escola Ana Nery, do dia 1 a 15 de novembro.

§ 1.^º — Aceitos os documentos e organizada a banca, serão os candidatos chamados por edital publicado no "Diário Oficial" e afixado na portaria da escola.

§ 2º — Unicamente este ano, e a 10 de agosto, serão admitidos à prova candidatos que até 1.º do mesmo mês as requiram, preenchendo os requisitos do art. 1º.

Art. 8º — Os candidatos pagarão no áto da inscrição a taxa de 50\$00. O pro-

duto dessas taxas será destinado ao custo das despesas com a banca examinadora.

Art. 9º — Os membros da banca examinadora poderão ser designados para as provas de um ou mais anos.

Art. 10. — O presidente da banca de-

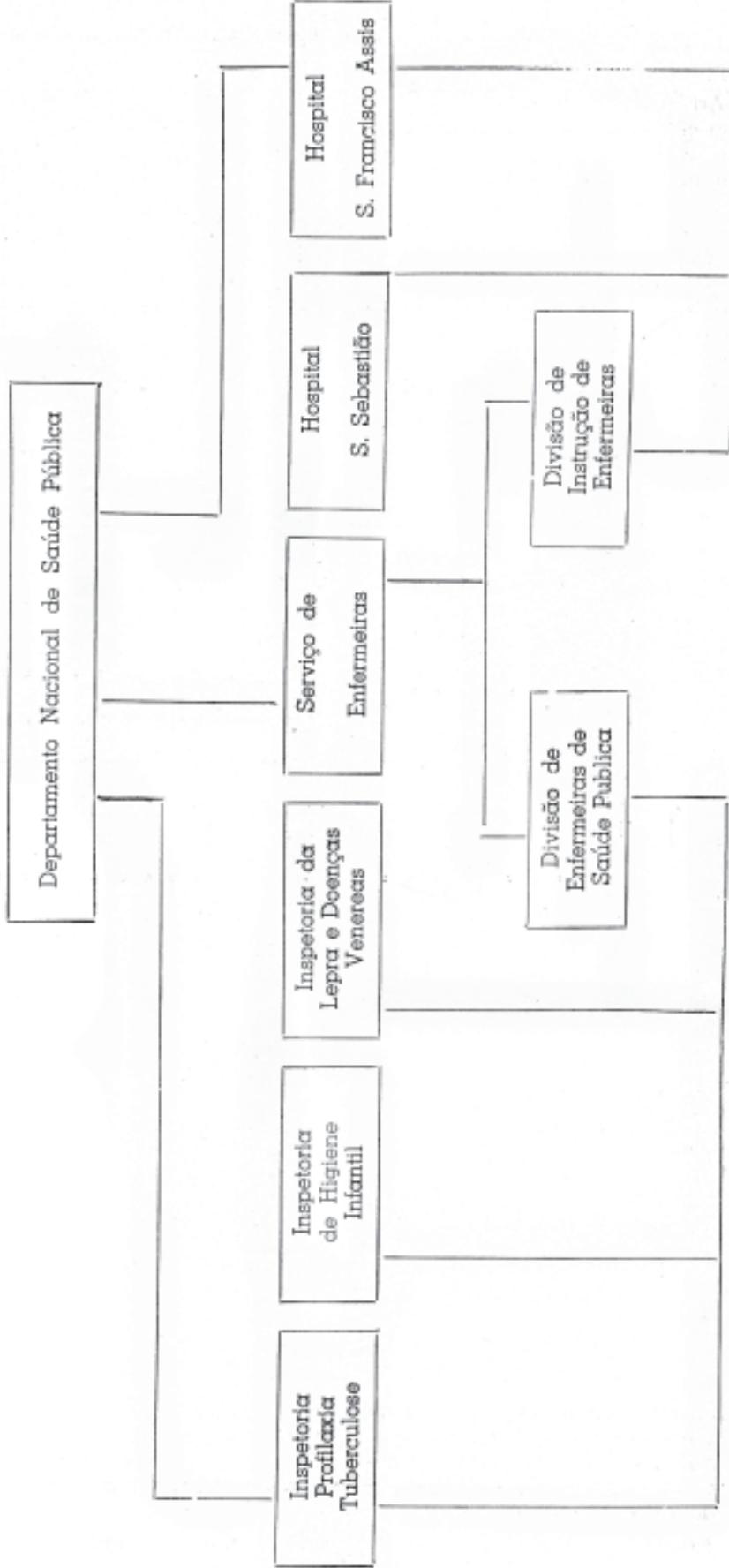
signará um de seus membros para lavrar a dita, que será com as provas escritas dos candidatos arquivada na secretaria da Escola Ana Nery.

Aprovado. — **Francisco Campos.**

Rio, 22 de julho de 1931.

Visto. — **Belisario Penna.**

Diagrama da organização ao serviço de enfermeiras



LISTA DAS ENFERMEIRAS

da Missão Americana que trabalharam no Serviço de Enfermeiras de D. N. S. P., de 2 de Setembro de 1921 a 3 de Setembro de 1931 sob a chefia de Mrs. Ethel Parsons, Superintendente Geral Na Divisão de Saúde Pública

Na Divisão de Instrução de Enfermeiras				Lista das Enfermeiras			
Nome	Nacionalidade	Posição	Tempo de trabalho no Brasil	Nome	Nacionalidade	Posição	Tempo de trabalho no Brasil
1. Erna Kuhn	Americana	Enf. Pública	Outubro 1921 a Janeiro 1922	1. Clara Louise Kenninger	Americana	Diretora Escola	Fev. 1922 a 9 Fev.
2. Johanna Julia Schwartz	"	Diretora Divisão	15 Fev. 1922 a 5 Março 1928	2. Lorraine Dennhardt	"	"	15 Fev. 1922 a 5 Março 1927
3. Agnes Elizabeth Smith	"	Chefe de Zona	15 Fev. 1922 a 5 Março 1923	3. Marguerite Cunningham	"	"	15 Fev. 1922 a 4 Dez. 1924
4. Marguerite Cunningham	"	"	28 Março 1922 a 2 Out. 1927	5. Anne Shaw	"	"	28 Março 1922 a 9 Fev. 1928
6. Alice Herbert Cooper	"	"	28 Março 1922 a 9 Fev. 1928	6. Alice Herbert Cooper	"	"	27 Abril 1923 a 31 Março 1926
7. Winifred Dawson	Canadense Americana	"	27 Abril 1923 a 31 Março 1926	8. Clara Walther Curtis	"	"	26 Fev. 1925 a 25 Jan. 1928
9. Freda Johnson	"	"	5 Fev. 1927 a 1 Março 1930	10. Synneve Yvonne Elkum	Chefe Doenças Venéreas	"	27 Abril 1922 a 23 Agosto 1927
11. Bertie Meekins Rice	"	Chefe Doenças Venéreas					